

Depois da maxidesvalorização de 17,7%, junto com a decretação do Plano Verão, o governo só voltou a desvalorizar a moeda em abril, em uma porcentagem moderada (3,2), mas, mesmo assim, suficiente para dar o empuxe de que as exportações então estavam precisando. A colheita deveria começar em junho, mas não se esperava que ela fosse tão generosa como acabou sendo. O saldo da balança comercial, que não passou de US\$ 1,387 bilhão em maio, pulou para US\$ 2,205 bilhões no último mês (exportações de US\$ 3,687 bilhões e importações de US\$ 1,482 bilhão), configurando um novo recorde mensal.

Com isso, o superávit acumulado nos primeiros seis meses deste ano já chega a US\$ 9,212 bilhões (exportações de US\$ 16,784 bilhões e importações de US\$ 7,572 bilhões). É compreensível que a Cacex prefira, neste momento, não refazer sua estimativa quanto ao superávit ao fim deste ano, mantendo a projeção anterior de um total de US\$ 16 bilhões. Para chegar a tanto, bastará que o saldo mensal fique por volta de US\$ 1,2 bilhão, o que representa, certamente, uma subestimativa, considerando-se que o maior volume das ex-

# Temas para negociação

portações ocorre justamente no segundo semestre. E, além disso, o governo reforçou consideravelmente, nos últimos meses, o incentivo proporcionado pelo câmbio.

Ao decretar desvalorizações acumuladas de 11,7% em maio, o governo sinalizou que iria dar uma nova direção à política de comércio exterior. E as razões hoje são conhecidas: as autoridades já estavam preocupadas com as remessas de lucros e dividendos, bem como a repatriação do capital, que acabaram atingindo US\$ 2 bilhões no primeiro semestre deste ano, em comparação com US\$ 1,829 bilhão em todo o ano passado.

O salto da inflação de 9,94% em maio para 24,83% em junho foi a gota que faltava. Através de uma série de mínis e mídís, o governo desvalorizou o câmbio em 31,7% somente em junho. Para dar uma idéia melhor dessa verdadeira virada na política cambial, basta dizer que, de 1º de abril deste ano a 3 de julho

(quando o câmbio foi novamente reajustado em 11,9%), a desvalorização acumulada chegou a 70,1%. E, a partir de então, voltou o sistema anterior de minidesvalorizações diárias.

A julgar pelo aumento do volume do fechamento de câmbio, não é nenhum exagero projetar um saldo comercial em 1989 bastante próximo ao do ano passado (US\$ 19,089 bilhões), segundo empresários e técnicos ligados ao comércio externo.

Não se pode deixar de mencionar que, no mesmo dia em que entrou em vigor a última mídi, o governo suspendeu o pagamento de juros (exceto créditos de curto prazo e linhas comerciais) e das remessas de lucros e dividendos. O saldo da balança poderá, portanto, fazer engordar as reservas cambiais, que poderão chegar a US\$ 8 bilhões em setembro.

O governo poderá então ter cacife para negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os credores internacionais a retoma-

da ou não dos pagamentos de juros, desde que o País receba os créditos pendentes que lhe foram prometidos. Ou o governo poderá preferir uma política de manutenção de reservas em nível elevado, transferindo para o novo presidente da República a condução de novas conversações.

Outra questão importante não pode deixar de ser focalizada aqui. Apesar do vulto do superávit, as importações também vêm crescendo. No primeiro semestre deste ano, elas aumentaram 10,3% em relação ao mesmo período do ano passado. Têm-se elevado, particularmente, como informou o diretor da Cacex, Namir Salek, as compras dos Estados Unidos, cujo valor foi 40% superior em 1988 em relação a 1987. Isso ocorreu em virtude da redução do número de importações proibidas de cerca de 4.000 para 1.200 produtos.

Este é, a nosso ver, outro tema para negociações. Dado o montante do saldo comercial, o País poderia diminuir ainda mais o número de importações suspensas. Mas só deve fazê-lo sob a condição de que Washington não acione a chamada cláusula "Super 301" contra as exportações brasileiras.